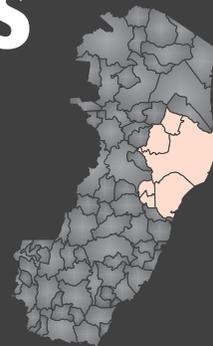


PANORAMA DAS MICRORREGIÕES CAPIXABAS



RIO DOCE

DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de
Economia e Planejamento
Secretaria de Estado de Desenvolvimento



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO – SEDES

Heber Resende

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Luiz Paulo Vellozo Lucas

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Eduarda La Rocque

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Pablo Silva Lira

Coordenação Estudos Territoriais

Leticia Tabachi Silva

Equipe Técnica

Isabella Batalha Muniz Barbosa

Latussa Bianca Laranja Monteiro

Leticia Tabachi Silva

Nathália Nogarolli Bonadiman

William Joubert Ramos de Almeida

Revisão

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda

Marianne Malini

Editoração

Arthur Ceruti Quintanilha

João Vitor André



INT

A

INTRODUÇÃO

A organização do território estadual em macro e micror-regiões é uma das premissas essenciais para a construção de estratégia social inclusiva e

integradora de desenvolvimento. Entretanto, a dinâmica constante do contexto internacional, nacional e regional, exige uma releitura dos cenários e a formulação de novos objetivos, estratégias e metas, bem como uma nova visão de futuro do território do Espírito Santo. Nessa perspectiva, o conhecimento das regiões como referência prévia do planejamento faz com que a regionalização seja uma ferramenta estratégica importante e com potencial dinamizador de desenvolvimento.

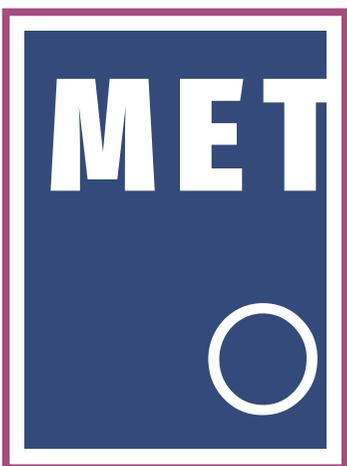
Revisando a bibliografia referente à questão da regionalização, há certo consenso de que a construção geográfica de uma região deve levar em consideração tanto as características de homogeneidade como as de heterogeneidade, ou seja, as identidades do campo geográfico devem estar associadas às atividades econômicas e respectivas interações sociais em escalas mais amplas.

Nesse viés analítico, fatores geográficos tais como fenômenos físicos, bióticos e humanos são determinantes para se

estabelecer a forma como o território será tratado. Entretanto, outras variáveis também devem integrar-se a este escopo e que comumente conjugam fatores externos.

Portanto, as novas relações de trabalho e de mercado, assim como a dinâmica das transformações socioespaciais, já evidenciam mudanças estruturais na organização territorial. Por outro lado, os processos que envolvem mudanças na produção, circulação e consumo, exigem uma maior integração e organização dos municípios de modo a alcançar maior êxito e eficiência na implementação de suas políticas públicas.

Nessa perspectiva, a regionalização deve ser entendida como um instrumento facilitador do planejamento e que deve ser sempre aperfeiçoada no tempo e no espaço, posto que está destinada a coordenar ações no território. Desse modo, o planejamento das ações deve partir do princípio que as regiões são estruturas socioespaciais ativas e dinâmicas, o que impõe constante atualização dos indicadores e estudos permanentes que devem estar associados à nova orientação política e de governança democrática para atendimento das metas de Governo.



METODOLOGIA

estudo apresenta uma breve caracterização das dez microrregiões do Espírito Santo – Metropolitana, Central Serrana, Sudoeste Serrana, Litoral Sul,

Central Sul, Caparaó, Rio Doce, Centro-Oeste, Nordeste e Noroeste - com atualização de alguns indicadores básicos e respectiva análise sintética, com a finalidade de configurar um panorama geral por região administrativa e subsidiar informações básicas para dar início ao planejamento estratégico regional de Governo. Para elaboração do panorama regional foram selecionados os seguintes dados com a finalidade de uma leitura rápida e dinâmica, a saber:

1. Área da Microrregião
2. População estimada
3. Densidade Demográfica
4. Produto Interno Bruto – PIB
5. Composição do PIB Setorial
6. Produto Interno Bruto Per Capita – PIB per capita
7. Receita Corrente Líquida Per Capita – RCL per capita
8. Índice FIRJAN de Emprego e Renda
9. Índice FIRJAN de Saúde
10. Índice FIRJAN de Educação
11. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

12. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)
13. Abastecimento de Água – Rede Pública
14. Coleta de Lixo
15. Coleta de Esgoto

Vale ressaltar que, os indicadores utilizados no panorama das regiões, foram atualizados a partir de fontes oficiais diversas, primárias (IBGE, DATASUS, índice FIRJAN,) e secundárias (IJSN, Tribunal de Contas), com periodicidade mais recente, de modo a retratar a realidade regional de forma mais fidedigna e aproximada. Os indicadores foram desagregados ao nível do município, como por exemplo, o PIB per capita, o IFDM e a Receita Líquida per capita.

Embora existam outros indicadores importantes a serem considerados, esse Panorama das Microrregiões aqui apresentado é um ponto de partida para o levantamento de um grupo de indicadores e dados a serem selecionados e aprimorados posteriormente. Destaca-se que estas informações motivam a continuidade do levantamento e estudo microrregional, em concordância com o objetivo e percepção do contexto que será estudado.

O presente documento apresenta uma breve caracterização da macrorregião Central, que é composta por duas, entre as dez microrregiões do Espírito Santo – Centro-Oeste e Rio Doce.



RIO DOCE



ÁREA

6.635,38 km²

14,40% Território Estadual



POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)

347.106 Habitantes

8,74% População Estadual



DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2018)

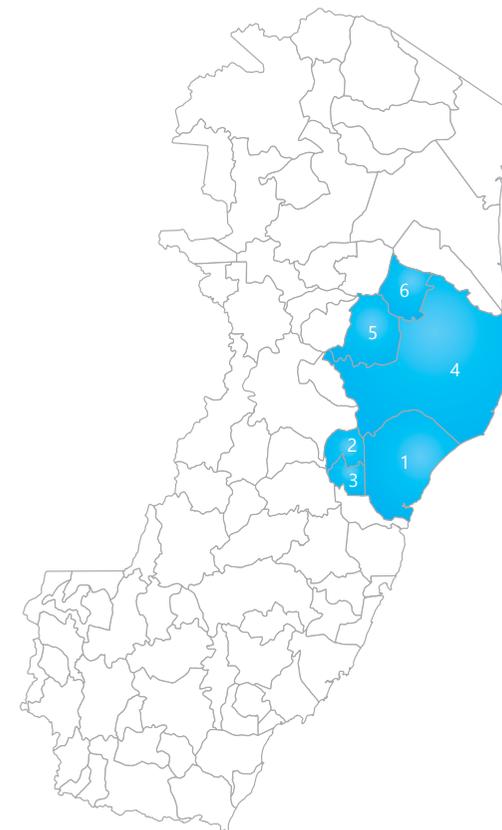
52,31 Hab./km²

86,19 Hab./km² Taxa Estadual

A microrregião Rio Doce é composta por seis municípios, a saber: Aracruz, João Neiva, Ibraçu, Linhares, Rio Bananal e Sooretama.

A microrregião ocupa 14,40% do território estadual e apresenta uma população estimada em 347.106 habitantes (IBGE, 2018), o que representa 8,74% da população total do estado. A densidade da microrregião pode ser considerada média, de 52,31 hab/km², se comparada à densidade do Espírito Santo, que é de 86,19 hab/km².

Os municípios de Linhares e Aracruz exercem centralidade urbana na oferta de comércio e serviços, assim como na indústria, com forte integração às atividades econômicas do estado do Espírito Santo.



- 1 Aracruz
- 2 João Neiva
- 3 Ibraçu
- 4 Linhares
- 5 Rio Bananal
- 6 Sooretama

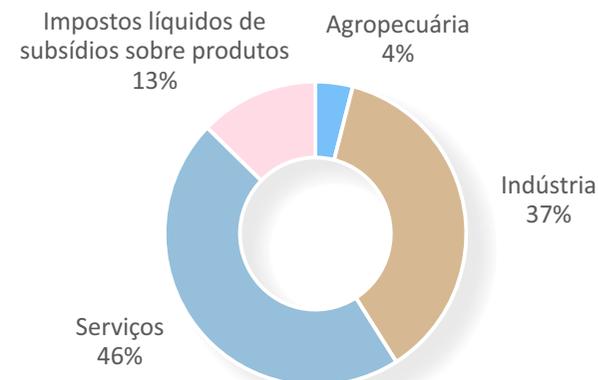
 PIB da microrregião corresponde a 10,40% do PIB estadual. Na composição do PIB por setores, destaca-se a atividade de serviços, com 46%, seguido pela indústria, com 37%, impostos líquidos de subsídios sobre produtos, com 13%, e por último, o setor de agropecuária, com 4%. A economia da microrregião Rio Doce é fortemente influenciada pela atividade industrial, celulose, petróleo e gás-químico, com localização de grandes fábricas (Fibra), estaleiros e terminais portuários.

O PIB per capita da microrregião do Rio Doce é de R\$ 33.338,35, sendo que o do Espírito Santo é de R\$ 27.487,45. Quanto aos maiores PIBs per capita da microrregião, destacam-se os municípios de Aracruz, com R\$ 47.644,02, e Linhares, com R\$ 31.705,48. O menor PIB per capita da região é do município de Sooretama, com R\$ 17.054,19.



PIB
11.356,18
 Milhões de Reais
10,40%
 do PIB Estadual

COMPOSIÇÃO PIB SETORIAL



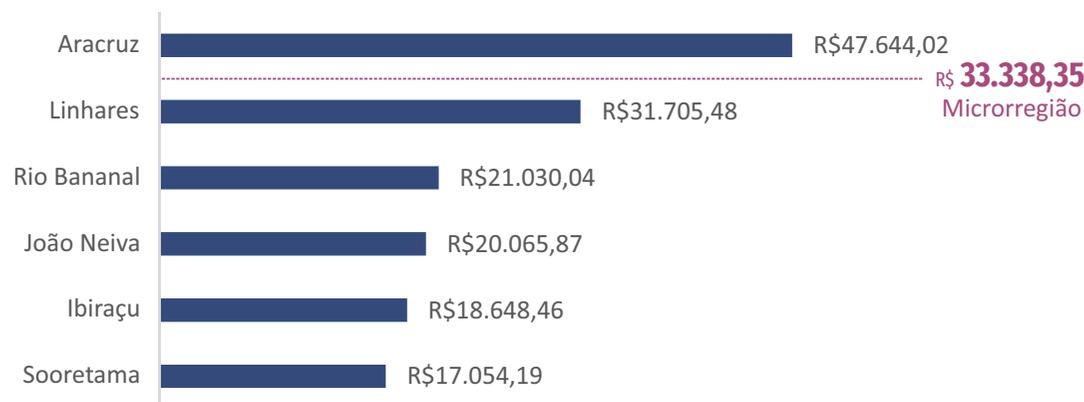
Fonte: IJSN e IBGE [2016]



PIB PER CAPITA
 Rio Doce
R\$ 33.338,35



Espírito Santo
R\$ 27.487,45



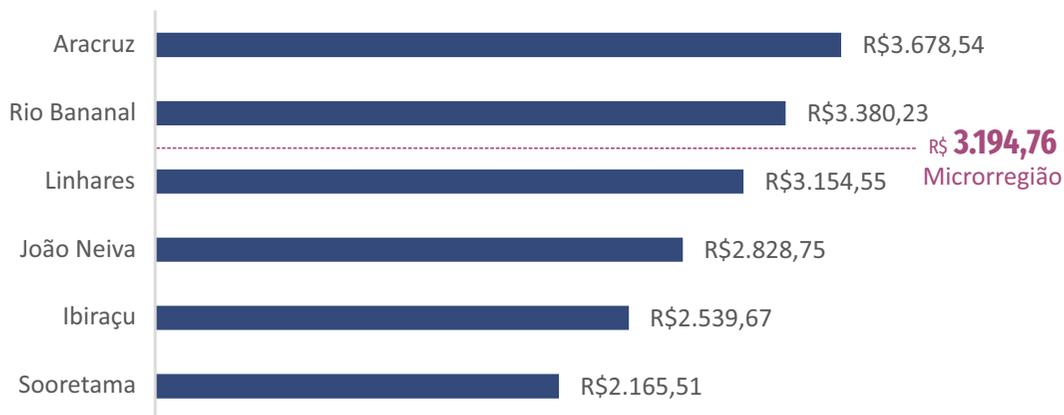
Fonte: IJSN e IBGE [2016]



Receita Corrente Líquida
Per Capita – Rio Doce
R\$ **3.194,76**



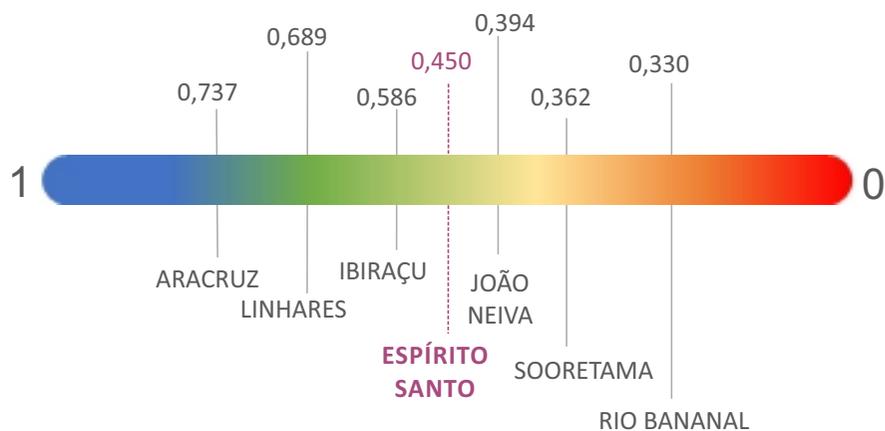
Espírito Santo
R\$ **2.524,19**



Fonte: IJSN/TCE e IBGE [2017]



IFDM - Firjan
Emprego & Renda



Fonte: IPEA [2010]

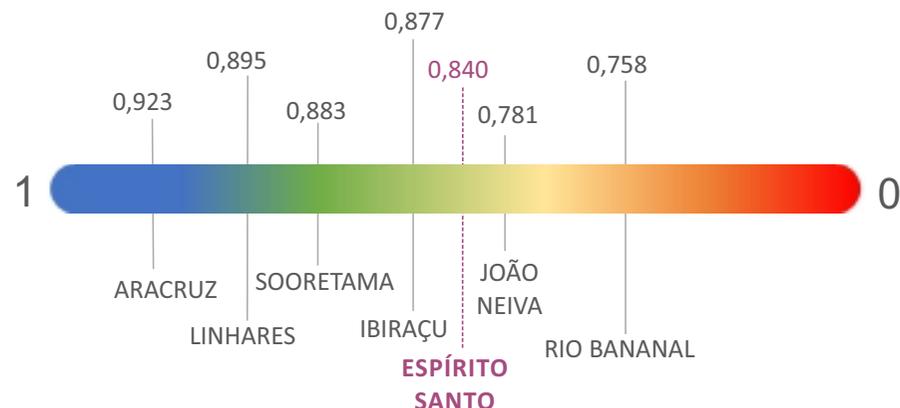
A receita líquida da microrregião Rio Doce é de R\$ 3.194,76, sendo que a do Espírito Santo é de R\$ 2.524,19. No contexto dos municípios, Aracruz, além de apresentar o maior PIB relativo da microrregião, possui a maior receita líquida per capita, com R\$ 3.678,54, seguido pelos municípios de Rio Bananal (R\$ 3.380,23) e Linhares (R\$ 3.154,55). O município de Sooretama apresenta a menor receita líquida per capita da microrregião, com R\$ 2.165,51.

O Índice Firjan¹ de Emprego e Renda apresenta valores que variam entre 0,737 e 0,330, portanto, classificados de moderado (0,6 a 0,8) a baixo (0 a 0,4) desenvolvimento. O maior Índice de Emprego e Renda é do município de Aracruz, com 0,737, seguido pelos municípios de Linhares e Ibiraçu, com 0,689 e 0,586, respectivamente. Apesar de apresentar a segunda maior receita líquida da região, Rio Bananal é o município com o menor Índice de Emprego e Renda (0,330).

Quanto à Saúde, a microrregião do Rio Doce está relativamente bem atendida, posto que quatro municípios da microrregião apresentam Índices Firjan de Saúde de alto desenvolvimento (0,8 a 1). Os melhores índices referem-se aos municípios de Aracruz, com 0,923, seguido pelos municípios de Linhares e Sooretama, com 0,895 e 0,883, respectivamente. Entretanto, os municípios de João Neiva e Rio Bananal apresentam Índices Firjan de Saúde classificados como de moderado desenvolvimento (0,6 a 0,8), com 0,781 e 0,758, respectivamente.

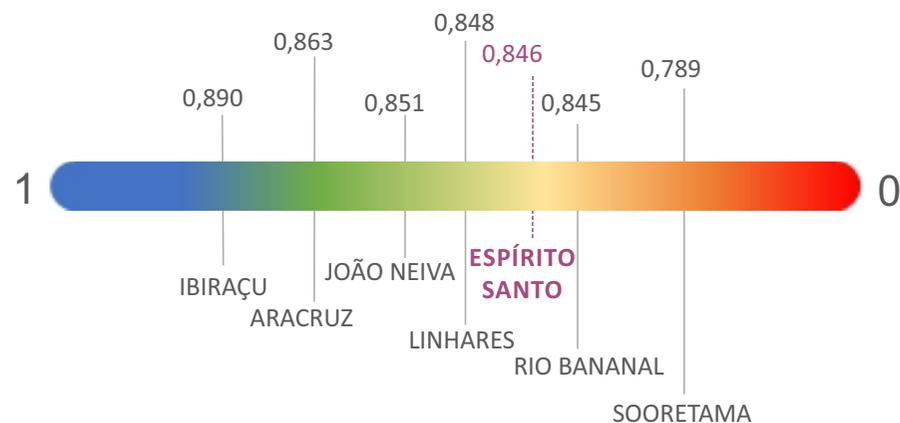
Em relação à Educação, a microrregião está bem posicionada, com Índices Firjan de Educação considerados de alto desenvolvimento (0,8 a 1) em quase todos os municípios. O maior índice Firjan de Educação é do município de Ibirapu, com 0,890, seguido pelos municípios de Aracruz e João Neiva, com 0,863 e 0,851, respectivamente. Apenas o município de Sooretama apresenta um Índice Firjan de Educação de moderado desenvolvimento (0,6 a 0,8), com 0,789.

ÍNDICE FIRJAN DE SAÚDE



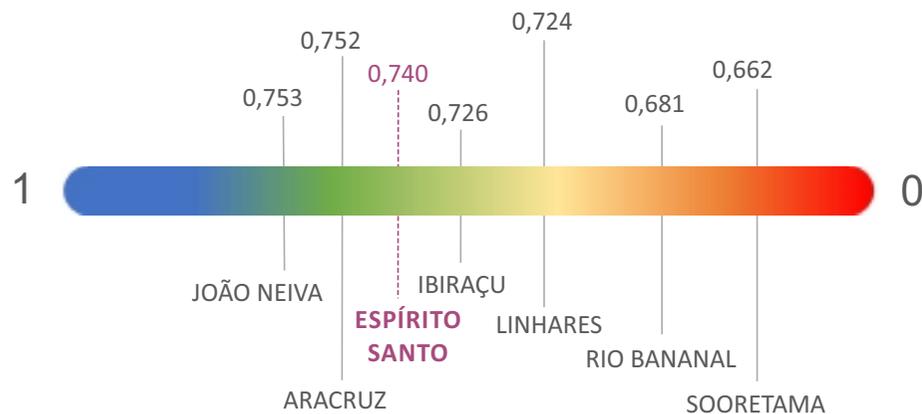
Fonte: FIRJAN [2016]

ÍNDICE FIRJAN DE EDUCAÇÃO



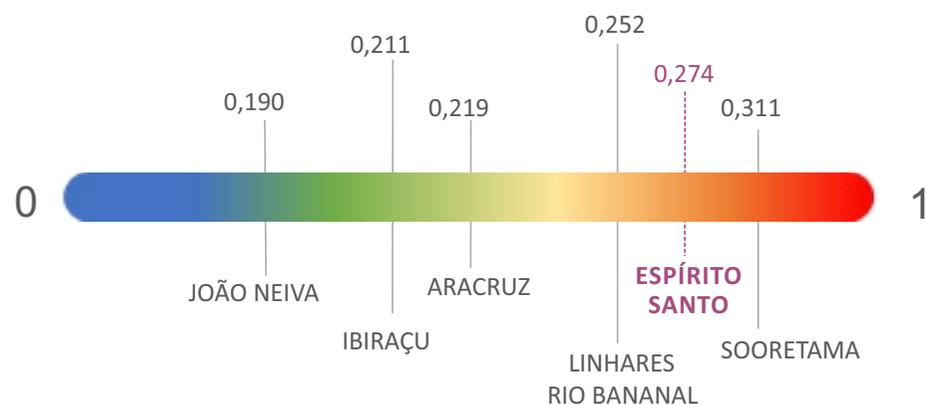
Fonte: FIRJAN [2016]

IDHM



Fonte: ATLAS BRASIL [2010]

IVS – ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL



Fonte: IPEA [2010]

○ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)² mensura o desenvolvimento humano com base em três dimensões – longevidade, escolaridade e renda. O IDHM do Espírito Santo é considerado de alto desenvolvimento, com valor de 0,740. Entretanto, os municípios que compõem a microrregião Rio Doce apresentam valores do IDHM que variam entre médio (0,550 a 0,699) a alto desenvolvimento (0,700 a 0,799). Os municípios de João Neiva (0,753), Aracruz (0,752), Ibraçu (0,726) e Linhares (0,724) apresentam um IDHM alto, sendo que os municípios de Rio Bananal e Sooretama, apresentam um IDHM médio, com 0,681 e 0,662, respectivamente.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)³ é mensurado com base em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. O indicador auxilia no enfrentamento das desigualdades e oportunidades. O Espírito Santo apresenta um IVS baixo, de 0,274, o que significa dizer que o estado apresenta baixa vulnerabilidade. A maioria dos municípios da microrregião acompanha o Espírito Santo com um IVS baixo (de 0,200 a 0,300): João Neiva (0,190), Ibraçu (0,211), Aracruz (0,219), Linhares e Rio Bananal (ambos com 0,252). Já o município de Sooretama apresenta um IVS médio, com 0,311.

Quanto ao atendimento dos serviços de saneamento da região, foram considerados três serviços básicos: abastecimento de água, coleta de lixo e coleta de esgoto. Os serviços básicos não estão universalizados, sendo que o abastecimento de água por rede pública apresenta um percentual de 83% da população regional atendida, a coleta de lixo, 87% e, por fim, a coleta de esgoto com 67%.

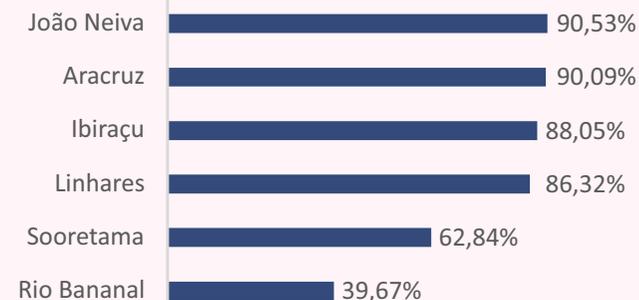
Em relação aos serviços de saneamento nos municípios, observa-se que o município de João Neiva apresenta os maiores percentuais de atendimento nos serviços de abastecimento de água por rede pública, com 90,53%, e coleta de esgoto, com 87,78%. Entretanto, o município de Aracruz é o que apresenta o maior percentual de atendimento no serviço de coleta de lixo, com 93,07%. Quanto aos menores percentuais de atendimento nos três serviços de saneamento, temos o município de Rio Bananal: abastecimento de água por rede pública, com 39,67%; coleta de lixo, com 51,79%; e coleta de esgoto, com 33,86%.



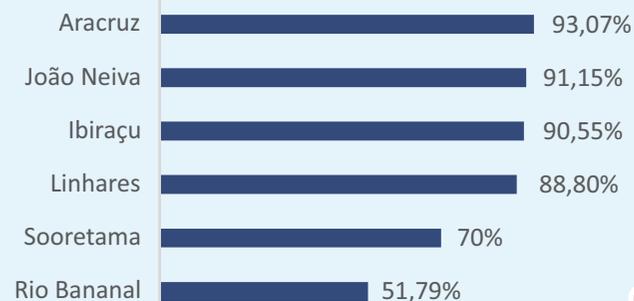
ABASTECIMENTO DE ÁGUA REDE PÚBLICA

83%
Microrregião

77%
Espírito Santo



COLETA DE LIXO



87%
Microrregião

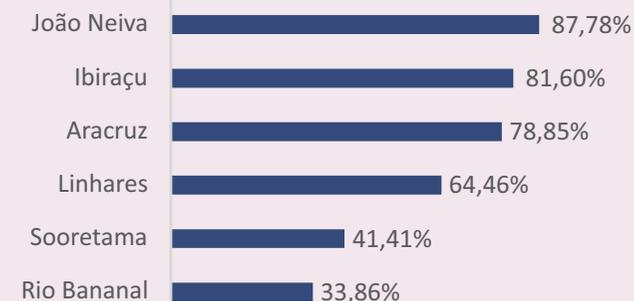
81%
Espírito Santo



COLETA DE ESGOTO

67%
Microrregião

61%
Espírito Santo



NOTAS

¹ Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico

de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde. De leitura simples, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>.

² O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceito/s/o-que-e-o-idhm.html>. No IDHM, as três dimensões têm o mesmo peso, as médias são geométricas, e as faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: Baixo Desenvolvimento Humano menor que 0,550, Médio entre 0,550 e 0,699, Alto entre 0,700 e 0,799 e Muito Alto Desenvolvimento Humano acima de 0,800. Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/.

³ O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é mensurado com base em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. A dimensão **Infraestrutura Urbana** é composta por três indicadores: % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; % da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo; % de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Por sua vez, a dimensão **Capital Humano** é composto por oito indicadores, a saber: Mortalidade até 1 ano de idade; % de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; % de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; % de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; % de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010). E por fim, a dimensão **Renda e Trabalho** é composta por cinco indicadores: Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010); Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; % de

pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal; % de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos; Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade. Fonte: IPEA. *Relatório de pesquisa a nova plataforma da vulnerabilidade social: primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para a série histórica da Pnad (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílio*. Pg.3.

Cada indicador do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) teve seu valor normatizado numa escala que varia entre 0 e 1. A classificação das faixas de vulnerabilidade são: muito baixa, de 0 a 0,200; baixa de 0,200 a 0,300; média de 0,300 a 0,400; alta de 0,400 a 0,500 e muito alta de 0,500 a 0,1. Fonte: Atlas. Disponível em <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>.

REF

ERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. Cadernos Metrópole, São Paulo, n.20, p.81- 91, 2ª sem. 2008.

ESPÍRITO SANTO (estado). Plano do Governo do Estado do Espírito Santo ES 2030. Vitória. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. Anais da oficina sobre a política de ordenamento territorial. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2005.

_____. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L.; BASTOS, L. (orgs.). Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I. et al. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Nota técnica: memória dos dados e metodologia para o panorama das microrregiões do Espírito Santo. Vitória. 2019.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI. 7.ed. Rio de Janeiro. Record, 2005

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

**Instituto Jones
dos Santos Neves**



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
*Secretaria de Estado de
Economia e Planejamento*
Secretaria de Estado de Desenvolvimento

